

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

A educação da mulher sertaneja oitocentista revelada nos inventários *post-mortem* do Seridó Potiguar (1870-1880)

The education of the country woman revealed in the post-mortem inventories of Seridó Potiguar (1870-1880)

Gillyane Dantas dos SANTOS¹

Resumo: Na pesquisa histórica a mulher nem sempre tem sido a principal escolha de pesquisadores para o desenvolvimento de seus trabalhos, seja por falta de interesse, ou até mesmo pela dificuldade de encontrar registros sobre sua vida e seu cotidiano, vez que estas permaneceram por longo período condenadas ao silêncio e tendo a sua manutenção e sobrevivência às expensas masculinas. Diante deste cenário, trazemos à luz algumas características do tipo de educação que alicerçaram a educação da mulher sertaneja no Século XIX, pontuando elementos da sua vida cotidiana e da sua participação no processo de ocupação do território que hoje conhecemos como Seridó Potiguar. Para composição das informações aqui registradas lançamos mão da pesquisa bibliográfica-exploratória e da pesquisa documental, fundamentalmente com base na análise das informações extraídas do *corpus* dos registros aportados nos inventários *post-mortem* referentes ao período de 1870 a 1880, documentos estes sob a custódia do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), do Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES/UFRN, Caicó. Com assento nas informações extraídas nestes documentos pudemos destacar as evidências às quais apontam que nessa época a instrução não era uma realidade comum ao sexo feminino. Embora, os registros históricos deem conta da existência de escolas destinadas às meninas na região estudada, torna-se evidente, pela análise dos dados coletados que, estas incipientes instituições não estavam destinadas a um número significativo de crianças, ficando a educação da maioria a cargo da educação doméstica, sendo esta pautada nos preceitos cristãos e nos “bons costumes” morais e sociais.

Palavras-chave: Educação feminina. História da educação; Inventários post mortem.

Abstract: In historical research, women have not always been the main choice of researchers for the development of their work, either due to lack of interest, or even due to the difficulty of finding records about their lives and their daily lives, since they remained condemned for a long period. to silence and having its maintenance and survival at male expense. Given this scenario, we bring to light some characteristics of the type of education that underpinned the education of sertaneja women in the 19th century, punctuating elements of their daily life and their participation in the process of occupation of the territory that we know today as Seridó Potiguar. For the composition of the information recorded here, we made use of bibliographical-exploratory research and documental research, fundamentally based on the analysis of information extracted from the corpus of the records contributed in the post-mortem inventories referring to the period from 1870 to 1880, documents in the custody of the Laboratory of Historical Documentation (LABORDOC), of the Higher Education Center of Seridó - CERES/UFRN, Caicó. Based on the information extracted from these documents, we were able to highlight the evidence which points to the fact that, at that time, education was not a common reality for women. Although the historical records show the existence of schools for girls in the studied region, it becomes evident, by analyzing the collected data, that these incipient institutions were not destined for a significant number of kids, leaving the education of the majority to the responsibility of of domestic education, which is guided by Christian precepts and moral and social “good customs”.

Keywords: Female education; History of education; Post mortem inventories.

¹ Doutora em Educação, professora do Curso de Pedagogia, Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III/Guarabira-PB. E-mail: gillyanedantas@servidor.edu.uepb.br.

1. Introdução

“As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas às obscuridades de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento” (Perrot, 2007, p. 16). Embora não pretendendo descrever realmente a história das mulheres sertanejas, como Perrot escreve sobre as mulheres numa amplitude, nos propomos a discorrer sobre a educação dada a figura feminina que viveu debaixo do sol latejante do sertão, e nessa relação tratamos diretamente da função social que as mulheres sertanejas exerciam dentro das suas realidades, apresentando-as como protagonistas desses estudos e de suas realidades.

Dessa forma, elegendo como objetivo principal desvelar as nuances do protagonismo social que a mulher exerceu dentro dos limites da vida cotidiana na realidade da Ribeira do Seridó², esse artigo descreve aspectos da educação oferecida às mulheres sertanejas abastadas³, buscando dar destaque às informações acerca do caminho empreendido por elas no Seridó Potiguar até alcançarem o acesso à instrução.

Antes de adentrar as minúcias do processo educacional vivenciado no século XIX, na Ribeira do Seridó, é indispensável compreender o que era educação naquele contexto. Segundo o Dicionário de 1832 “**Educação**, s. f. ões no plur. Criação com ensino de doutrina e bons costumes. [...] **Educar**, v. a. quei. Dar criação e ensino de doutrina, e bons costumes” (Pinto, 1832, grifo nosso). Dessa forma, de acordo com o entendimento da época, o que se entendia por educação, e é o critério utilizado por esse estudo, são as aprendizagens que tinham seu desenvolvimento no interior das relações socioculturais dentro de um espaço.

Nessa esfera, educação, para esse estudo, difere-se da instrução, que segundo o Dicionário Houaiss (2010) significa “educação formal, obtida em estabelecimento de ensino” (p.442), ou seja, uma educação/instrução voltada mais precisamente para os ensinamentos das faculdades letradas, e ao aprendizado das habilidades da escrita, leitura e cálculo.

Ao estudar sobre a relação de educação e instrução no Seridó no século XIX, é indispensável compreender como estava essa relação para além daquela região, ou seja,

² Denominação dada a região habitada pelos primeiros vaqueiros que chegaram no Sertão da porção nordeste do Brasil, os quais se fixaram as margens do Rio Seridó. Segundo Macêdo (2005, p.17) essa nomenclatura diz respeito, portanto, a “primeira denominação geográfica da futura circunscrição seridoense”.

³ A referência às “mulheres abastadas” se dá em decorrência do tipo de fonte utilizada no estudo – inventários e testamentos - sendo estes documentos produzidos especialmente por famílias de renda econômica elevada.

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

nacionalmente. Nessa esfera, é importante destacar que com a Independência do Brasil, a criação de escolas esteve diretamente ligada aos interesses do Estado, nesse contexto, começam a surgir escolas e até mesmo indícios do ensino superior nas localidades mais desenvolvidas, o que não era uma realidade comum no sertão.

Voltando o olhar mais precisamente para o período de 1870 a 1880, recorte temporal da pesquisa, o Brasil estava economicamente em transição do modelo agrário na tentativa de iniciar a industrialização, o que influenciava diretamente os conteúdos e métodos de ensino. Vejamos que o Brasil de maneira ampla estava vivenciando essa transição econômica, mas no Seridó ainda predominava como pilar econômico as atividades pecuárias, introduzindo-se a passos lentos o plantio algodoeiro, (Macêdo, 2005; 2015).

Face ao contexto histórico no qual nos situamos, é relevante destacar que o território hoje conhecido por Seridó, começou seu processo de “reabilitação” por volta do século XVII, quando vaqueiros originários das regiões litorâneas, a mando dos seus patrões, seguiram os leitos dos rios em busca de espaços propícios ao criatório de gado, que, na época, se configurava como um dos pilares econômicos.

No ensejo da busca por locais aprazíveis para o desenvolvimento dessa atividade, os vaqueiros encontraram terras no sertão. Ao desbravar os solos sertanejos, estes vaqueiros e seus animais de transporte locaram-se às margens do Rio Seridó, na Província do Rio Grande do Norte, formando, pouco a pouco, a população ribeirinha da Ribeira do Seridó. Esse processo de “reocupação”, na sua narrativa não se deu de forma pacífica, conforme nos asseguram historiadores os quais revelam que:

A conquista do sertão não foi pacífica. Vendo invadido seu território, os índios se levantaram, com a mais legítima determinação guerreira, contra os primeiros assentamentos de fazendas no interior na Capitania do Rio Grande do Norte. (Macêdo, 2005, p. 35).

Em sendo a cana de açúcar o pilar econômico da região litorânea, o proprietário de gado *vacum* se vê premido a adentrar o território brasileiro acentuando o fluxo migratório para as terras sertanejas, a partir de então, dominadas pelos vaqueiros, por suas famílias, por seus trabalhadores e pelos animais, intensificando o processo de repovoamento e de ocupação. De tal sorte que já no século XIX, a população da região sertaneja, hoje conhecida por Seridó, já

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

se encontrava bem definida como sendo, essencialmente de criadores de gado e de ascendência branca, bem como já consolidada a economia baseada na pecuária.

Também podemos afirmar que nesse mesmo século XIX entre os anos de 1870 e 1880, a economia sertaneja baseada predominantemente na pecuária, estava alicerçada em módicos recursos econômicos, sendo uma organização social fundada no modelo da família patriarcal. Os bens que caracterizavam o cabedal econômico da população abastada estavam constituídos de animais, especialmente pelo gado *vacum* e pela posse da terra.

Nessa sociedade rudimentar um elemento influenciador da organização social e familiar era a religião. O catolicismo constituía a bússola da sociedade, impingindo às famílias dogmas religiosos os quais definiam o código de conduta a ser adotado na educação, segundo o modelo estabelecido pela Sagrada Família (Lima, 2008).

É nessa realidade onde a educação apresentava-se como fruto das relações e influências religiosas, sociais e culturais fundadas na tradição que se desenha o perfil da formação da mulher no Seridó, a partir do qual podemos divisar o protagonismo histórico-social exercido por ela dentro dos limites do cenário da vida cotidiana.

Estes são, portanto, os elementos discursivos a partir dos quais construímos a narrativa sobre o cotidiano da vida da mulher seridoense, que a partir de agora iniciamos, com a apresentação do suporte teórico-metodológico no qual aportamos nossa argumentação.

2. Aporte teórico-metodológico

Para o desenvolvimento do trabalho de investigação iniciamos uma pesquisa bibliográfica a partir do levantamento das leituras necessárias para contemplar a ancoragem teórica do trabalho. Dessa forma, ao tratarmos do Seridó como recorte espacial da pesquisa, utilizamos, prioritariamente, os escritos de Augusto (1980), Macêdo (2005; 2015), Mattos (1985), Medeiros Filho (2001), Santos (2016) e Santos e Garcia (2018), que nos apresentaram um panorama histórico do processo de ocupação destas terras, bem como nuances da organização social, econômica e educacional da região.

No que refere ao aporte utilizado quanto ao perfil feminino, utilizamos as produções de: Assis (2001), Del Priore (2006; 2009; 2011), D’Incao (2011), Falci (2009), Habner (2012) e Perrot (2007), que ajudaram a definir mais acuradamente o perfil da mulher oitocentista.

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

Paralelo ao levantamento bibliográfico, com a pesquisa exploratória-documental nos propomos a compor o banco de dados empíricos necessários às constatações do estudo. Para tanto, utilizamos como principal fonte os documentos que estão sob a custódia do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), localizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Portanto, foi feita uma pesquisa documental/exploratória, em que utilizamos as informações contidas em 110 (cento e dez) documentos legais, entre inventários *post mortem* e testamentos.

Tais fontes apresentam-se como um campo fértil para as pesquisas históricas, pois oferecem em sua completude, informações que nos permitem adentrar o interior daquela realidade local. Vale salientar que tais documentos foram elaborados de acordo com a vida das famílias abastadas, pois não eram todos da sociedade que podia requerer esses documentos em vista do seu custo. Nesse sentido, os personagens desse estudo fizeram-se presentes nas famílias sertanejas mais recursadas financeiramente.

Os referidos documentos trazem um leque de informações que possibilitam ao pesquisador tomar propriedade do tema, dos hábitos e costumes da época e da sociedade. Através das informações contidas nos inventários tivemos a oportunidade de conhecer mais propriamente a constituição familiar, além da organização econômica e religiosa daquela sociedade.

Para o trabalho de exploração dos documentos, no intuito de adotarmos as melhores técnicas de manuseio desse conjunto de documentação histórica, pautamos nossas decisões metodológicas em Furtado (2009), Berwagner (2008), Vogot e Radunz (2013).

É importante destacar que, embora tanto os testamentos como os inventários sejam documentos que nos permitam adentrar o interior das nuances familiares e sociais, eles apresentam distinção entre si, sendo:

[...] o testamento [...] produzido nos momentos que antecedem a morte e nele fica registrada a última vontade do testador relativa ao que ele deseja que seja feito com seus bens. Já o inventário é feito após a morte, também chamados inventários *post-mortem*, e por ele os bens do morto são distribuídos conforme as disposições legais e sua última vontade, no caso de haver testamento. (Furtado, 2009, p. 93, grifo da autora).

Bacellar (2005) descreve ainda os inventários como sendo documentos de caráter judiciário, complementando com Samara e Tupy (2007) que caracterizam os inventários como

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

sendo “documentos processuais que tratam, fundamentalmente, do arrolamento da acumulação da fortuna de todo o ciclo de vida de um indivíduo, o que fundamenta a partilha de patrimônio entre seus herdeiros” (p. 91).

Apresentando informações a respeito dos bens de uma família, estes podem ser estudados quantitativamente uma vez que segundo Coelho (2012), são “documentos classificados como seriais, em função de sua frequência dentro de determinada temporalidade” (p. 8), a autora atenta ainda que esses registros podem dar suporte para o entendimento de um universo mais abrangente de determinada sociedade.

Na composição do documento, estão dispostas informações que, metaforicamente falando, nos convida a conhecer a família e acompanhar suas particularidades nos momentos que estamos em contato com o próprio monumento. Isso ocorre em virtude de estarem descritos todos os bens do falecido a serem distribuídos com seus herdeiros, também descritos com riquezas de detalhes⁴ permitindo perceber o enlace das famílias, a quantidade de filhos, dentre outras minúcias.

No arrolamento dos bens são descritos detalhadamente cada bem deixado pelo falecido, desde os móveis que são os objetos particulares e do lar, aos imóveis, os conhecidos bens de raiz que se referem as propriedades. Também os semoventes que são os animais e escravos de posse daquele. Ainda as dívidas ativas e passivas deixadas, sendo as primeiras referentes aos débitos do falecido e as segundas os valores que ele tem a receber por algum empréstimo ou devido à venda de bens ainda em vida.

Com essas informações nós podemos compreender melhor a respeito da situação econômica daquela região, tendo em vista que na época pesquisada não era toda a sociedade que podia fazer inventários, somente àqueles que tinham bens e que podiam pagar por este serviço.

Vistas as características do referido documento, através do estudo detalhado de suas partes temos o interesse em desvendar aspectos inerentes à sociedade pesquisada, seja do ponto de vista econômico, social e, principalmente, educacional.

⁴ Nos inventários pesquisados, na maioria dos casos, na lista de herdeiros eram descritos os nomes dos tais, idades, estado civil, logradouro.

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

No recorte temporal pesquisado (1870-1880), estão disponíveis para pesquisa 110 (cento e dez) inventários *post-mortem*. Todos os documentos desse conjunto foram explorados e as informações catalogadas em fichas de dados especialmente elaboradas para tal fim.

Quanto à divisão desses documentos, Vogot e Randunz (2013) descrevem que os inventários são divididos em três partes diferentes, a saber: “na primeira parte aparecem dados pessoais do falecido e a relação dos herdeiros; na segunda há a descrição e avaliação dos bens móveis, imóveis, semoventes e as dívidas ativas e passivas deixadas pelo falecido; na terceira é feita a partilha dos bens entre os herdeiros.” (*Ibidem*, p. 28).

Mas a quantidade de partes dos inventários é variável de acordo com as particularidades da situação, já que acrescentam-se outras partes tão importantes quanto as citadas. Por exemplo, nos documentos que apresentam herdeiros menores, é necessário que seja feito um termo de tutela de modo que um tutor seja nomeado pelo juiz para tomar para si a responsabilidade de tutelar o menor administrando seus bens até que este obtenha maior idade.

Outra parte importante são os autos de contas, seção em que os tutores vão prestar conta perante o juiz da vida e herança dos seus tutelados. Nesse documento os tutores relatam as condições em que se encontram os menores no que se refere à saúde, moradia, educação e bens.

Por se tratar de documentos manuscritos, para pesquisar as informações presentes nos inventários é aconselhável que se tenha uma noção básica de paleografia, segundo Acioli (2003) e Berwanger e Leal (2008), que destacam essa técnica como sendo o estudo da escrita antiga.

Essa leitura paleográfica nos possibilitou o levantamento de aspectos importantes sobre a organização social e familiar, referente à quantidade de herdeiros, a definição de papéis das pessoas, as tarefas do cotidiano e a atenção dada a criação e educação da prole. Além disso, as descrições dos bens deixados pelo inventariado nos permitiram definir o perfil econômico das famílias abastadas da região.

No que refere ao escopo do nosso estudo a atenção estava direcionada para a identificação de aspectos que denotassem indícios descritivos relativos aos hábitos e atitudes referentes à educação feminina e dentre eles, àqueles relacionados à instrução como por exemplo, a identificação de assinaturas, gastos com pagamentos de mestre-escola e, despesas com a educação em geral, de modo que essas informações nos permitissem estabelecer uma estimativa acerca do nível de instrução das mulheres abastadas oitocentistas na Ribeira do Seridó.

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

Dessa forma, de acordo com o suporte teórico levantado na pesquisa bibliográfica, frente as informações coletadas com a pesquisa exploratória-documental, fomos identificando como era a realidade educacional da mulher sertaneja, atentando, prioritariamente, em descrever o seu protagonismo social dentro das condições que lhe eram possíveis.

3. Cronologia e contexto: panorama social e educacional do Seridó Potiguar

A organização social da elite apresentava-se, essencialmente, através dos donos de terras com suas respectivas famílias, esposas e filhos. Em segundo plano, seus homens de confiança, que se encarregavam de ajudar-lhes nas fazendas – os vaqueiros – e uns poucos escravos que se dividiam entre o trabalho doméstico e o trabalho mais pesado no campo.

Quanto às características econômicas, vale destacar que por ser uma região onde, predominantemente, era composta por donos de gado, duas famílias e seus trabalhadores, o acúmulo de bens se dava em grande escala pelas posses de terras, propriedades e animais. Esses eram os principais elementos que caracterizavam uma família mais recusada economicamente, de acordo com a realidade da época.

Nesse contexto, os valores dos espólios⁵ deixados à família variavam de acordo com as condições financeiras e nível econômico desta. A variabilidade do espólio é uma forma de perceber a diferença de posses existente entre as famílias que habitavam a Ribeira do Seridó.

Esse era o cenário social do sertão, uma região composta por donos de terras e seus trabalhadores que desenvolviam como atividade econômica o criatório, e tinham como fonte principal de renda o gado. Nesse contexto, era uma região menos desenvolvida, quando comparada com as capitais e regiões litorâneas, mas que, em suas condições, oferecia oportunidade de vida para os seus habitantes.

Como já mencionamos anteriormente, educação se estende pelos aprendizados construídos nas relações socioculturais, sendo assim, vamos observar como se concretizava a educação entre os habitantes do sertão, voltando o olhar prioritariamente às mulheres e suas interferências sociais.

⁵ Segundo o Dicionário de 1832, “espólio (sic)” significa os bens que ficaram por morte de alguém. Significado compatível com o encontrado no dicionário Houaiss (2010, p. 323) espólio significa o conjunto dos bens deixados por alguém ao morrer.

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

No Brasil, de maneira geral, havia uma grande dificuldade em instruir a população, mesmo que das grandes cidades, conforme podemos perceber quando Villalta (1997) afirma que:

[...] a escola foi objeto de valorização, que se distribuiu de forma irregular pelos grupos sociais, concentrando-se entre os bens situados na ordem social e crescendo a partir do século XVIII. Na falta de escolas públicas, a instituição escolar veio a se agasalhar no espaço privado, repousando em vínculos mais ou menos formais que ligavam um mestre a aprendizes, fossem eles de primeiras letras, ou de outros níveis ou ainda de ofícios. (Villalta, 1997, p. 38).

No Seridó não era diferente. O mais importante para o sertanejo era aprender o trabalho do cultivo da terra e o trato do gado, ofício que não se exercia apenas sabendo ler e escrever. A atividade econômica exigia mais o desenvolvimento braçal do que o intelectual. Dessa maneira, a educação formal era algo desconhecido no século XVIII, vindo a ascender já no início do século XIX por “força de Lei de 15 de outubro de 1827, quando o Império instituía a criação de escolas nas vilas e províncias”. Como mostra Macêdo (2005):

a educação formal era desconhecida da esmagadora maioria dos habitantes da Ribeira do Seridó. Os primeiros povoadores haviam trazido consigo somente rudimentos aritmética, gramática e passagens decoradas do latim litúrgico. A regra era o completo analfabetismo de grande parte dos pioneiros. (Macêdo, p. 95, 2005).

A Lei de 15 de outubro de 1827 apresentava diretrizes para organizar a escolarização no território brasileiro. Seu texto indicava uniformizações a serem seguidas para que se tivesse uma educação de qualidade, e direcionava um plano de estudos contendo algumas disciplinas bases para os currículos escolares. Como reza o Artigo 6º:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (Brasil, 1827).

Além dos conteúdos direcionados à instrução primária, os assuntos relacionados aos dogmas religiosos permaneceram fortemente presentes nas escolas. Dessa forma, eram conhecimentos transmitidos dentro e fora do meio familiar. Essa lei destacava ainda, no seu

LUMEN, Recife, v. 32, n. 2, p. 112-130, jul./dez. 2023

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

Artigo 11º, que seriam criadas escolas para as meninas nas cidades e vilas mais populosas desde que os presidentes do conselho atestassem a necessidade.

Outro local de aprendizado a ser considerado era a igreja, lugar muito frequentado no Seridó, que tinha uma população devotada e de muita fé. Algumas pessoas que iam até a igreja, escutavam atentamente o que o padre dizia e assim iam construindo seu conhecimento acerca do mundo que se diferenciava do ambiente que viviam. Escutar a leitura da Bíblia permitia-lhes ir além daqueles espaços sem sair dos bancos das igrejas (Macêdo, 2005).

As Igrejas desempenhavam um papel educador muito forte na sociedade da segunda metade do século XIX. Os preceitos da Doutrina Cristã eram elementos primordiais para toda a população saber e colocá-los em prática na vida cotidiana. O temor ao Senhor, à Virgem Maria e aos santos, o aprendizado das orações, a devoção e a conscientização quanto ao modo de viver ditado pela religião, eram características vinculadas às pessoas educadas de acordo com a Doutrina Cristã (Santos; Garcia, 2018).

Para a sociedade da época, os aprendizados cristãos eram os conhecimentos fundamentais que alguém poderia adquirir, através da obtenção desses conhecimentos, qualquer pessoa estaria apta a viver em sociedade de forma idônea e coerente com o que se espera dela.

De maneira geral, no século XIX, a instrução não era o ponto forte da população seridoense, uma vez que, para os padrões econômicos da região, era importante que o indivíduo dominasse mais os conhecimentos da terra, o trato com os animais, a malícia do comércio de animais, ensinamentos esses que iam se perpetuando através das gerações.

Dessa forma, percebe-se que sobreviver dos lucros que os seus gados geravam satisfazia aos fazendeiros e seus filhos. Então devemos considerar uma realidade em que se, para os homens essa era uma questão que merecia pouca preocupação, para as mulheres, se configurava da mesma forma. A instrução às mulheres não era uma constante ação na época, além de ser restrita apenas àquelas que viviam em locais mais desenvolvidos e, ainda assim, esses ensinamentos eram restritos ao papel social da mulher de tornar-se esposa e, conseqüentemente, mãe.

4. A educação da mulher sertaneja revelada nos inventários *post-mortem*

Frente à realidade social na qual viviam homens e mulheres, é fundamental que façamos uma descrição do perfil social e familiar feminino da época, dando relevo à função social

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

exercida pelas mulheres, para que a partir desses caminhos possamos nos aproximar, o máximo possível, de uma narrativa que seja mais fidedigna sobre a educação que lhe era oferecida.

Conforme afirma Assis (2002),

as mulheres ricas ou pobres, livres ou escravas, não importava a categoria social, a elas foram impostos certos comportamentos, atitudes, posturas, pensamentos e ações, pois o feminino ultrapassa a barreira das classes. Se ricas, eram damas, senhoras, donas, sinhás. Se pobres, eram trabalhadoras, guerreiras pela sobrevivência e existência, mas mulheres mesmo assim [...]. (Assis, 2002, p. 131).

Estes e outros estudos produzidos sobre a história regional nos permitem observar que a mulher vivia numa estreita relação com as atividades domésticas, quando desde tenra idade, assumindo a função social de filha, aprendia com suas mães os ofícios necessários para ser considerada educada. Ofícios esses que diziam respeito às atividades do lar tais como: rendar, cozinhar, cuidar da casa e da família, assim:

o redimensionamento do papel da mulher consistirá, basicamente, na supervalorização das figuras da esposa e da mãe alçadas à categoria de “santas”, uma vez que lhes cabe a “divina” missão de serem guardiãs privilegiadas da família. A mulher como menina (e filha) só parece ter importância por ser esse o momento em que assimila o novo comportamento e se prepara para assumir as funções que lhe competem de esposa e mãe. (Duarte, 211, p. 294, grifo da autora).

Nessa esfera, ela passava de aprendiz a executora da educação adquirida no interior do seu lar, quando tinha como educadora sua própria mãe. Nesse período, muitas vezes, o anseio pelo matrimônio partia mais da família dos nubentes do que dos próprios noivos, isso porque segundo Del Priore (2006) casar era uma condição a qual a mulher estava sujeita desde o nascimento. Os preparativos para o sacramento matrimonial começavam desde cedo. Logo por volta dos 12 (doze) anos de idade já se iniciava a preparação do enxoval, afinal nessa idade ela já havia desenvolvido as aprendizagens que lhe permitiam contrair o matrimônio (Falci, 2009).

Após o casamento a última fase que marcava a vida social da mulher oitocentista era a maternidade, quando esta assumia a função de mãe educadora. Para a mulher desempenhar esse papel social com êxito deveria ser sua prerrogativa, a educação doméstica estava mais em foco do que a instrução feminina. Conforme aponta Perrot (2007), em análise da época:

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe.

LUMEN, Recife, v. 32, n. 2, p. 112-130, jul./dez. 2023

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. (Perrot, 2007, p. 93).

Como se observa, pela influência social, econômica e religiosa a educação feminina pautava-se prioritariamente no ensino da Doutrina Cristã que direcionava essa mulher a seguir os exemplos dados por Maria Santíssima. Paralelo a isso, tinham os ensinamentos dos “bons costumes” que se referia aos aprendizados relacionados à conduta feminina nas três fases da sua vida (filha, esposa e mãe) e àqueles relativos aos ofícios que ela deveria desempenhar durante sua vida.

Desde muito pequena, por “debaixo da saia” de sua mãe, a então menina, futura mulher, começava a viver no cenário de sobrevivência ao qual está destinada a seguir. Sempre respeitosa, bondosa e com uma piedade enaltecida, eis que sua mãe, já servindo de modelo, ensinava os segredos do ser mulher naquela sociedade (Santos, 2016).

Devoção, oração e súplica pelos pecados que carregam em si, ainda advindos do pecado original cometido por Eva no paraíso bíblico, eram aprendizagens desenvolvidas pelas mulheres desde cedo. O apreço pela religião, trazendo esta como regedora de suas casas, era realidade na vida das mulheres. Era essencial aprender a rezar, temer e suplicar, e tais conhecimentos lhes permitiriam viver conforme a Lei de Deus.

O conhecimento dos “bons costumes”, também influenciados pela religião, moldavam ainda mais o modelo marital perpetuado e reproduzido por muitas dessas mulheres. Nesses “bons costumes”, inseriam-se os aprendizados quanto aos comportamentos femininos que deveriam ser ensinados, tais como o toque sutil, o comportamento submisso e cabisbaixo, olhar acolhedor, serena como Maria, roupas compostas, mantendo a higiene com o corpo, com a família e com o lar, o comportamento perante as visitas. A maneira de agir enquanto mulher, esposa, mãe e filha, conforme enfatiza Del Priore (2006), deveria ser baseado na “descrição, delicadeza, amabilidade e tais princípios ditavam a vida da mulher em sociedade. Centralizavam-se o imaginário feminino na questão do pudor.” (p. 222).

A instrução nessa época era quase que nula, tanto pela dificuldade de oferta quanto pelo pouco interesse feminino. Poucas mulheres tinham acesso a essa realidade, como também algumas nem mesmo tinham interesse, uma vez que continuavam tendo seu padrão social mantido, mesmo não sabendo ler, escrever ou calcular. Aprender a assinar o próprio nome era

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

um indício de instrução, apresentando-se como um avanço quanto aos ensinamentos destinados à mulher.

Nos documentos estudados, que totalizam 110 (cento e dez) inventários, pudemos identificar assinaturas femininas indicando que as determinadas mulheres que assinavam desfrutavam de um domínio, embora mínimo, da escrita. Esses documentos que apresentam essas assinaturas compreendem um total de 28,19%, ou seja, 31 (trinta e um) inventários, um número relativamente alto, uma vez vista a dificuldade dessa instrução básica chegar até o domínio feminino (Santos, 2016).

A quantidade de assinaturas variou entre os documentos. A grande maioria apresentou apenas um registro, mas esse número chegou a atingir dez assinaturas por documento. Vejamos a variação entre os documentos na tabela a seguir:

Tab.1 – Variação de assinaturas femininas por inventário – 1870/1880

QUANTIDADE DE ASSINATURAS FEMININAS	NÚMERO DE INVENTÁRIOS
01 assinatura	16
02 assinaturas	6
03 assinaturas	2
04 assinaturas	3
05 assinaturas	3
06 assinaturas	0
07 assinaturas	0
08 assinaturas	0
09 assinaturas	0
10 assinaturas	1
TOTAL	31

Fonte: SANTOS, 2016.

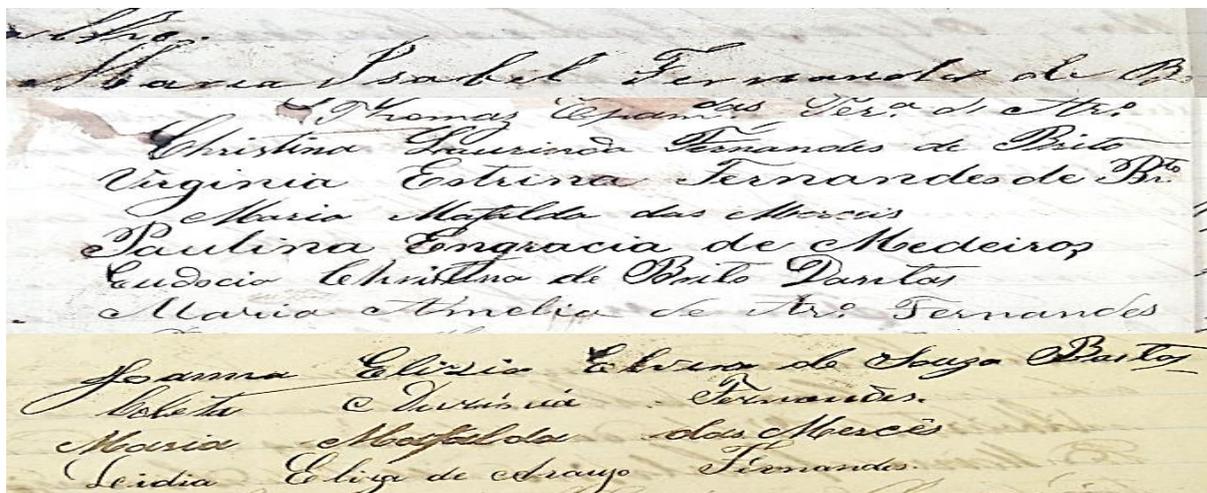
Através dos dados apresentados, pudemos perceber que, na grande maioria dos inventários, foram encontradas apenas uma assinatura, geralmente, as viúvas inventariantes. Mas a variação dessa quantidade nos evidenciou que, em algumas famílias, a instrução feminina era uma realidade mais próxima e assim chegou-se a encontrar até dez assinaturas femininas em um único inventário.

Nesse documento que arrola os bens do professor Joaquim Apolinar Pereira de Brito (1880), residente no Sítio Penedo, estava descrita uma grande quantidade de herdeiros, dessa forma, foi necessário fazer uma montagem das fotos das assinaturas de modo a deixar em evidência, preferencialmente, as assinaturas femininas:

LUMEN, Recife, v. 32, n. 2, p. 112-130, jul./dez. 2023

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

Fig. 1 - Documentos com assinaturas femininas



FONTE: Santos, 2016.

A primeira influência do conhecimento que todas essas mulheres têm acerca dos rudimentos da escrita está diretamente ligada ao fato de terem como esposo, pai e avô, um professor. Esse, provavelmente, contribuiu com seus ensinamentos para que essas mulheres fossem instruídas. Além disso, Dona Maria Isabel que, já tendo domínio da escrita, pode ter repassado seus conhecimentos letrados às suas filhas além de lhes ensinar a educação Cristã e dos bons costumes.

A evidência dessas assinaturas variou em termos de quantidade por documento, conforme apresentado na Tabela 1. O número de mulheres assinantes demonstrou, também, que o nível de instrução feminina variava entre as famílias. Algumas das 31 (trinta e uma) assinaturas femininas identificadas no estudo. Vale destacar que essas rubricas foram encontradas na seção logo após o arrolamento de bens, onde todos os herdeiros que sabem escrever o nome fazem o assentamento.

Observemos que, embora, o número de documentos que apresentavam essas assinaturas femininas não chegasse a 30% do total dos inventários estudados, este é um dado significativo no que refere à educação da mulher oitocentista no Seridó. Nos demais documentos, encontramos uma expressão comum “por não saber ler nem escrever assigno a rogo de [...] (sic)” designação aplicada às pessoas que por não saberem escrever o próprio nome, geralmente, mulheres herdeiras necessitavam de um tutor/administrador dos bens, comumente do sexo masculino, para dar ciência, por elas em função do seu grau de instrução. Realidade mais frequente encontrada nos documentos, ou seja, 70% dos documentos lidos.

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

Em face disso os dados empíricos nos levam a inferir que a educação que se destinava à mulher, assim, como aquela destinada aos homens, era a compatível com os conhecimentos necessários para que se exercesse a função social, que lhe cabia na organização social. Dessa forma, para ser bem-educada essa mulher deveria ter os conhecimentos pautados nos dogmas religiosos, na moral dos “bons costumes” e nas prendas do lar. Assim ao passar da condição de filha para esposa e depois para a posição de mãe, ela já possuía os conhecimentos necessários, para definir seu papel cultural e social, condição que foi se dilatando à medida que a sociedade evoluía, como pudemos constatar através das incursões feitas no material histórico-documental no qual ancoramos este estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De sorte que a narrativa apresentada nesse artigo, com suporte nos dados descritos, assegura, por fim, que numa realidade em que a economia se baseava fundamentalmente na pecuária, formou-se uma população que mantinha o acúmulo de riquezas pautadas na posse de animais e de terras. Os homens deste lugar não construíam sua posição social através da instrução, sendo essa uma preocupação secundária frente, ao reconhecimento obtido através do trabalho com a lida da terra e o trato com o gado.

Nessa esteira, à mulher que vivia sob a égide do poder masculino e das regras religiosas, a instrução não se constituía de grande relevância. Numa região onde a prática da oração aprendida através da tradição oral tinha mais valor do que o domínio da leitura de documentos ou de livros, a religião mantinha seu monopólio de influência ditando à sociedade o modelo de educação necessário.

Às mulheres, bastavam-lhes os conhecimentos religiosos, morais e, das prendas domésticas, conhecimentos esses suficientes para educar futuramente seus filhos. Saber o momento de orar, de falar e de obedecer era essencial para a formação dessa mulher. Frente a isso, pode-se afirmar que a mulher da região sertaneja, por longo período, contentou-se apenas em ser educada para o lar, estando a instrução reservada a alguns e sendo anseio de poucas.

Porém, vale destacar que, mesmo recebendo apenas a educação necessária para o bom desempenho das funções de esposa e de mãe, era através desses conhecimentos que ela exercia o seu protagonismo social. Vez que à medida que a mulher fosse bem-educada, ela também

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

educaria seus filhos e cuidaria do lar, do marido e da família, de maneira direta, influenciaria a sociedade que estava sendo formada. Mesmo à sombra masculina ela desempenhava seu papel ditando as normas de convivência no núcleo familiar, cuja matriz estruturaria como célula primeira, a organização da sociedade oitocentista dando forma ao organismo social que daí se ergueria. De modo que assinar o próprio nome constituiu-se apenas no primeiro degrau de ascensão sociocultural da mulher sertaneja oitocentista.

Referências

ACIOLI, Vera Lucia Costa. **A escrita no Brasil colônia**. Recife: Massagana/Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da Colônia à Primeira República**. 1979. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1979.

ASSIS, Sandra Maria de. **Mulheres da Vila, Mulheres da Vida: Vila do Príncipe (1850-1900)**. Monografia de especialização (Curso de História). CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2001.

BACELLAR. Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSK, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BERWANGER, Ana Regina. LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3 ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em 18 jun. 2023.

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

COELHO, Maria Conceição Guilherme. **Perguntou o Juiz ao Tutor pela pessoa deste órfão:** os magistrados na ordem sócio educacional do Seridó (Século XIX). 2012. 149 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **História de amor no Brasil**. 2ed. São Paulo: Editora: Contexto, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas:** sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In:* PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DUARTE, Constância Lima. A ficção didática de Nísia Floresta. *In:* LOPES, Eliana Maria Teixeira; FARIA FILHO. Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FALCI, Miridian Knox. Mulheres do Sertão Nordeste. *In:* DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. *In:* PINSKY, C. B.; LUCCA, T. R. de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

HABNER, June E. Honra e distinção das famílias. *In:* PINSKY, Carla Bessanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

HOUAISS, Antônio (Ed.). **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

LIMA, Ieda Silva de. **Nos mistérios de mulher e nos bons costumes, se fez a educação feminina da Ribeira do Seridó (1737-1799)**. 2008. 90f. Monografia. Curso de Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó. Caicó-RN, 2008.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história de regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Estado das almas: população, família e educação escolar no Rio Grande do Norte colonial (século XVIII). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 41, n. 27, p. 244-268, jul./dez. 2011.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Séc. XVIII)**. Natal, RN: Flor do Sal: EDUFRN, 2015.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: [s.n.], 1980.

MATTOS, Regina Mendonça Furtado. **VILA DO PRÍNCIPE – 1850/1890: SERTÃO DO SERIDÓ – UM ESTUDO DE CASO DA POBREZA**. 1985. 155 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1985.

MEDEIROS FILHO, Pe. João; FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Seridó: séc. XIX: (fazendas & livros)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2001.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 4.ed. Coleção Educ. Univ., São Paulo: Editora Moraes, 1984.

DOI: 10.24024/23579897v32n2a2023p01120130

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. Truzzi. O trabalho com o documento. *In: História & Documento e metodologia da pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 67-116.

SANTOS, Gillyane Dantas dos. “**Por não saber ler nem escrever**”: o que nos revelam os inventários post mortem sobre a educação da mulher oitocentista no Seridó (1870-1880). Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Educacional do Seridó, Caicó, 2016.

SANTOS, Gillyane Dantas dos. GARCIA, Tânia Cristina Meira. A educação e suas implicações no papel social da mulher oitocentista. *In: SANTOS SOBRINHO, Djanní Martinho dos; GARCIA, Tulia Fernanda Meira.; GARCIA, Tania Cristina Meira (Orgs.). Ensino, saúde e envelhecimento: inter(ações) dialógicas*. Curitiba: CRV, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas : Autores Associados, 2008.

SERIDÓ. **Inventário**. Joaquim Apolinar Pereira de Brito (1880). Caixa: 347. Sítio Penedo. Cidade do Príncipe.

VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. *In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VOGOT, Olgário Paulo; RADUNZ, Roberto. **Do presente ao passado: inventários *post-mortem* e o ensino de história**. 2013. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/174/132>>. Acesso em 21 jun. 2023.